

Ana Luisa Araújo de Oliveira

PLANTAR, COLHER, COMER: relações entre a produção e o consumo de alimentos

RESENHA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

Historicamente, o desenvolvimento rural brasileiro foi pautado, principalmente, pela implantação de grandes propriedades fundiárias e expropriação do camponês, constituindo-se uma verdadeira questão agrária presente desde a colonização aos dias atuais. No contexto de forte repressão dos movimentos sociais e daqueles que eram contrários ao modelo instalado, os anos entre 1965 e 1984 marcaram o período da ditadura militar e a publicação do livro que ora é resenhado ocorre em 1981 em um cenário completamente desfavorável para reflexões sobre o campesinato no Brasil.

Diante disso, a importância dada ao debate naquele momento era pequena, porém “ganhou corpo” após a redemocratização em 1985 e aumentando consideravelmente a partir da década de 1990 com a pressão exercida pelos movimentos sociais, o reconhecimento internacional da importância da agricultura de base familiar e a criação de políticas públicas para esse grupo social. No entanto, mesmo com essas mudanças, pouco se

discute quanto as práticas sociais de produção e consumo de comida dos camponeses brasileiros. Nesse sentido, essa resenha se propõe a uma releitura do livro “Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano”, de Carlos Rodrigues Brandão, buscando conexões entre o trabalho do autor e o debate contemporâneo sobre as temáticas ligadas à alimentação.

Como dito, o livro escrito por Carlos Rodrigues Brandão “Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano” foi publicado em 1981 e oferece ao leitor reflexões sobre hábitos alimentares, ideologias e crenças do camponês no que se refere às práticas sociais de produção e consumo de comida na pequena cidade de Mossâmedes, interior do Estado de Goiás. Retomar esse livro depois de tantos anos, contribui para (re)descobrir as relações entre a produção e o consumo, assim como o entendimento de que os alimentos são iguarias dotadas de significados, de forma que compreender as práticas voltadas à comida é chave para a análise sobre os modos de sociação singulares entre camponeses.

Importante destacar que, o livro de Brandão dialoga com o clássico de Antônio Cândido “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seus meios de vida” publicado pela primeira vez em 1964, e com “O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa” de Ellen Woortmann e Klass Woortmann, publicado em 1997.

Além disso, sua abordagem dialoga com a disciplina de Sociologia da Alimentação, a qual discute elementos para compreender o moderno sistema alimentar e as relações entre alimentos, saúde e ambiente sob um ponto de vista político e social. Cassol e Schneider (2015), se referindo a essa disciplina, destacam outros elementos que tem impulsionado as discussões, como as questões de saúde pública (desnutrição e obesidade), a opulência do consumo e consequente desperdício de alimentos, as ações de segurança alimentar e nutricional (SAN) e as ações voltadas à agricultura familiar, o que aparece no livro de Brandão.

O livro de Carlos Rodrigues Brandão está dividido em sete capítulos e apresenta três anexos que contribuem para enriquecer a obra, aumentar o valor do trabalho de campo realizado e melhorar a compreensão do leitor quanto às práticas alimentares do camponês brasileiro, a partir da apresentação das receitas de comida do lugar.

No capítulo 01 Brandão faz uma introdução de seu estudo, apontando que a análise se concentra na produção, circulação e consumo de alimentos, principalmente, em três fases de relações que o lavrador aponta ao falar sobre seu trabalho e as condições de acesso à sua comida: “as duas primeiras quando o lavrador define sua experiência como um agricultor de cereais: a terceira quando se apresenta como um dos consumidores da comida do lugar” (BRANDÃO, 1981, p. 12).

Uma melhor compreensão do leitor sobre as relações que coexistiram em Mossâmedes é fornecida por Brandão no capítulo 02, quando o autor faz uma descrição preciosa dos habitantes que a colonizaram e os ciclos econômicos que a cidade passou: de uma local de aldeamento de índios à residência de verão dos governadores da Província, posteriormente abandonada por funcionários da Coroa e por seus primeiros habitantes à uma região repovoada por ganadeiros e agricultores de cereais (alguns desses últimos vindos de região mineiras em decadência).

Especificamente, na primeira fase as relações consideravam as trocas entre a sociedade produtora e a natureza como o primeiro espaço efetivo de produção. Nessa fase o espaço era dominado pela natureza e as relações sociais eram dadas entre os fazendeiros e os agregados.

Esses podiam usar as pastagens, criar porcos e galinhas, cultivar cereais e outros vegetais permanentes e semipermanentes na fazenda. Além disso, ao mesmo tempo em que eram agricultores, eram coletores, caçadores e pescadores – a percepção dos lavradores dessa fase é de uma natureza hostil (sem domínio do homem).

O surgimento de um mercado para os cereais é visto pelos lavradores como o principal responsável pela mudança da primeira para a segunda fase da relação entre natureza, lavradores e proprietários das terras.

O reflexo da mudança de uma economia de subsistência para uma economia voltada ao mercado foi o aumento da área com o cultivo de gramíneas para o gado e cereais (arroz, milho e feijão), bem como o uso de adubos, máquinas e implementos agrícolas obtidos por meio de financiamentos da produção. Nessa segunda fase as relações colocam em confronto categorias de produtores nos limites de um espaço de natureza e da sociedade constituída. Nesse momento as relações foram redefinidas, os não proprietários tornaram-se agregados-meeiros.

O sucesso do aumento da área de produção e da modernização da agricultura resultou em um crescente número de fazendeiros reduzindo ou eliminando os contratos de “lavoura na meia”. A resposta a este momento, foi a migração dos agregados para a área urbana de Mossâmedes. Na terceira fase os lavradores consideram-se consumidores e um novo espaço de relações se constitui na sociedade urbanizada, através da comida consumida.

A progressiva restrição do acesso a recursos imediatos de obtenção de alimentos familiares, fora os das lavouras associadas, é considerado pelo lavrador como uma das razões mais decisivas para a certeza de que “não compensa” mais morar nas fazendas (BRANDÃO, 1981, p. 28).

Importante ressaltar que, a série histórica de dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, quantificam a descrição qualitativa realizada pelo autor sobre as mudanças da produção agrícola e pecuária e contribuem para visualizar que, as características permaneceram dinâmicas ao longo da história de Mossâmedes. Além disso, quando confrontado aos dados brasileiros evidencia semelhanças no que se refere a transformação da “economia de subsistência para uma economia voltada ao mercado”.

Em Mossâmedes, ao longo dos últimos 30 de sua história observa-se redução dos cultivos de cereais (arroz, feijão e milho, principalmente) destinados a alimentação humana e aumento de cultivos de soja, assim como aumento de 70% na criação de aves em virtude da instalação de grandes aviários na região. Além disso, em 2010 a cidade de Mossâmedes contava com 5.007 habitantes, dos quais somente 35% residiam no meio rural (IBGE, 2010).

Uma vez lavrador urbanizado, Brandão teve o cuidado de dedicar o capítulo 03 a esse ator social. Nele o autor explica quem são esses atores, como trabalham na cidade, como reorganizam a família e como manipulam os recursos para acesso e consumo de comida.

Brandão ressalta que, além de nascidos “na roça”, os lavradores de Mossâmedes tiveram uma vida ligada a agricultura. Com a mudança para a cidade, esses redefinem-se profissionalmente e passam a ser diarista de seus empregadores – que podem ser ou não fazendeiros. No entanto, as preocupações da família continuam direcionadas a prioridade de obtenção de alimentos.

O autor pontua que, mesmo morando na cidade, o lavrador urbanizado tende a continuar como um produtor rural parceiro e aproveita as terras sob seu uso para o plantio de arroz, milho e feijão. Em alguns casos também para o cultivo de culturas complementares: mandioca, amendoim, café e banana. Mas, Brandão ressalta que a cada ano “os fazendeiros reservam porções maiores de suas fazendas para as suas próprias lavouras ou para a formação de pastagens, e destinam a produtores sem-terra áreas cada vez menores e de pior qualidade de terreno” (BRANDÃO, 1981, p. 37).

Os alimentos produzidos pelo lavrador urbanizado são, em sua maioria, guardados para o consumo da família, ainda são feitas trocas entre parentes e doações para a igreja, assim como para famílias mais pobres. A sobra as vezes pode ser destinada à venda.

Complementar a produção “na meia”, Brandão constatou que essas famílias mantêm pequena plantação caseira (frutas, verduras e legumes) e criação de animais (porcos e galinhas) no quintal da casa, sendo a mulher a principal responsável pela produção doméstica. Além disso, uma terceira

forma de acesso aos alimentos do lavrador urbanizado é por meio da compra em Mossâmedes.

Da fazenda para uma casa na “vila”, a família do lavrador completa um ciclo de relações de acesso aos alimentos que começa com a produção de todos os alimentos consumidos, quando o lavrador é agregado de uma das fazendas da região; e termina com a compra de quase toda a comida familiar, quando o lavrador residente na cidade, é um produtor rural assalariado, não produz como parceiro e reside na “vila” em uma casa com quintal pequeno e em terreno “da serra” (BRANDÃO, 1981, p. 42).

Concomitante a mudança nas formas de acesso aos alimentos, a mudança para a cidade também altera a sequência e os horários de alimentação, tendendo a equiparar ao costume de centros urbanos. No entanto, “a variação da dieta alimentar entre sujeitos de classes sociais diferentes está mais na frequência de alimentos de mais alto custo do que na variação de tipos de comida” (BRANDÃO, 1981, p. 43).

Os três capítulos seguintes (04, 05 e 06) apresentam as ideologias e crenças dos lavradores urbanizados sobre a produção, acesso, circulação e consumo de comida. Nesses capítulos, o autor enfatiza que as respostas dos lavradores entrevistados sempre começavam por uma comparação entre as condições dadas em um “tempo antigo” e as dos “dias de hoje”.

Palavras como “sadia/fraca” para caracterizar a qualidade da terra e/ou do alimento são comumente utilizadas e descritas de forma preciosa pelo autor. As matas, as árvores e os rios são percebidos e relacionados ao modo de uso pelos lavradores.

A percepção do lavrador evidencia dimensões simbólicas, culturais, espaciais e naturais dos alimentos e são cuidadosamente abordadas por Brandão. A riqueza da obra é ainda maior diante dos capítulos que trazem, na íntegra, trechos da fala de diversos entrevistados, tornando a leitura ainda mais prazerosa, até mesmo para aqueles que não estão muito familiarizados com o tema.

Brandão evidencia que a chegada à cidade representa o início de uma série de rupturas e redefinições quanto a prática alimentar, marcando uma passagem de um período de fartura à um tempo de restrições, resultando “[...] no empobrecimento da dieta familiar com a diminuição da quantidade e da variedade de mantimentos [...]” (BRANDÃO, 1981, p. 83). De acordo com o autor e, fica a impressão ao leitor, a representação das diferenças de qualidade de vida e trabalho é maior quando separa a fazenda da cidade, do que a natureza da fazenda.

Além da preciosa abordagem de Brandão sobre a vida do lavrador, o autor traz no capítulo VI as ideologias dos entrevistados sobre os

alimentos. Nesse sentido, o leitor poderá apreciar os valores atribuídos aos alimentos quanto à natureza (remédio, tempero e/ou comida), a origem (da cidade, natureza ou da fazenda – pasto, quintal ou lavoura), se possui origem animal ou vegetal e as classificações quanto à forte ou fraco, quente ou frio, reimoso ou sem reima, gostoso ou sem gosto). Importante ressaltar que, esses atributos dos alimentos são também utilizados para determinar aquilo que o homem come ou não come, ou o que não se deve comer ou pode comer mas faz mal.

No capítulo VII o autor vai trazer uma conclusão de que,

Em Mossâmedes os princípios de proibição do consumo de tipos de alimentos não correm paralelos aos determinantes de acesso a eles. [...] a dieta congrega em um mesmo prato os representantes das diferentes séries: há comida forte e fraca, reimosa e sem-reima, quente e fria (BRANDÃO, 1981, p.151).

Brandão ressalta ainda que “o desequilíbrio atual de relações reflete-se, em última análise, na sua alimentação que ele [o lavrador urbanizado] percebe como uma síntese, no prato e sobre a mesa, do resultado de combinações inadequadas entre pessoas com pessoas e pessoas com a natureza” (BRANDÃO, 1981, p. 153).

Nesse sentido mesmo com a percepção dos lavradores urbanizados das mudanças nas relações sociais e com a natureza, nas suas práticas sociais de produção e consumo, resultado de sua expropriação do rural, a obra de Brandão mostrar que esses carregam aspectos relacionados aos hábitos alimentares, crenças e ideologias que marcam a vida do campesinato.

Apesar das rupturas evidenciadas ao longo do livro, o autor aponta continuidades que são suficientes para os lavradores não romperem com o que Wanderley (1999) chamou de “as raízes históricas do campesinato” e a “tradição camponesa”. E esses lavradores urbanizados podem também ser vistos como um “camponês adormecido” (JOLLIVET, 2000 apud WANDERLEY, 2003) no que se refere aos hábitos alimentares.

Ao fim da leitura, o sentimento é de que, apesar de ser um livro de 1981 ele continua atual para aqueles que se propõem a estudar o modo de vida camponês e/ou hábitos alimentares da sociedade.

É sabido que, no Brasil, o processo de modernização da agricultura e a inserção, cada vez maior, à mercados globais têm sido responsáveis por profundas mudanças no modo de vida daqueles que vivem no campo com a finalidade de reprodução social desenvolvendo agricultura de subsistência ou inseridos em cadeias curtas de comercialização. Brandão conhece bem essa armadilha trazida pela utopia do “desenvolvimento”, o que pode ser visto na riqueza e qualidade do livro “Plantar, colher, comer: um estudo

sobre o campesinato goiano". Só lendo para conferir!

Além disso, a realidade de Mossâmedes não é uma exceção no Brasil e a medida que a modernização da agricultura avança, mais camponeses tem migrado para a cidade, alterando suas práticas alimentares, relação com a terra e quiça, suas ideologias e crenças são transformadas e/ou perdidas. Nesse cenário, essa obra oferece uma rica descrição de um lugar e pode inspirar o desenvolvimento de estudos contemporâneos sobre a relação do camponês com a alimentação, terra, mercados e consumo, fundamental para a manutenção, ou pelo menos registro, de culturas singulares que compuseram e compõe o rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: José Olympio, 1964. (Coleção Documentos Brasileiros).

CASSOL, Abel Perinazzo; SCHNEIDER, Sérgio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, v. 5, p. 143–177, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23–56.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42–61, 2003.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997.

AUTORA

Ana Luisa Araújo de Oliveira

Graduada em Agronomia (UNEMAT); Mestre em Engenharia Agrícola, área de concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável (FEAGRI/UNICAMP) e; Doutoranda no Programa de Pós Graduação em

Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Tem interesse nos seguintes temas: desenvolvimento rural, políticas públicas, meio ambiente e agricultura. E-mail: aluisamt@gmail.com .

Recebido em: 23/10/2017.

Aprovado em: 05/07/2018.

Publicado em: 25/12/2018.